



CONCURSO PÚBLICO 571 – PROCURADOR MUNICIPAL

EDITAL 37

ANEXO III

1. Pontos para a Prova Oral.

DIREITO CONSTITUCIONAL

TEORIA

1. Noções de Teoria da Constituição e do Direito Constitucional. Objeto. Métodos.
2. Interpretação, integração, aplicação e lacunas do Direito Constitucional.
3. Direito Constitucional e Constituição. Classificações das Constituições - critérios.
4. História Constitucional.
 - 4.1 Origens das Constituições.
 - 4.2 A Teoria dos Ciclos Constitucionais e os Ciclos Constitucionais.
5. História do Direito Constitucional Brasileiro - noções sobre as características básicas e originais das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988 - noções sobre os antecedentes imediatos, forma de exercício do Poder Constituinte e inovações principais.
6. Fontes do Direito Constitucional. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
7. Teoria do Poder Constituinte, origens e fundamentos.
8. Teoria do Controle da Constitucionalidade. O controle da Constitucionalidade no Brasil.
9. Classificações das normas constitucionais.
 - 9.1 Normas de aplicação e normas de integração.
 - 9.2 O problema das normas programáticas.
 - 9.3 Os princípios.

DOGMÁTICA

10. A Constituição do Brasil, de 05.10.1988 e alterações posteriores. Os Princípios na Constituição brasileira. O preâmbulo.
11. Da Organização do Estado.
 - 11.1 A Federação Brasileira.
 - 11.2 Os bens públicos.
 - 11.3 As competências dos entes federados e os critérios de classificação.
 - 11.4 Intervenção.
12. Os Municípios na Constituição. A Lei Orgânica.
13. Organização dos Poderes.
 - 13.1 Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário.
 - 13.2 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
 - 13.3 Processo Legislativo.
 - 13.4 Funções essenciais à Justiça.
 - 13.5 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 13.6 Os Tribunais de Contas.
14. Administração Pública. Princípios gerais.
15. Tributação e Orçamento.
 - 15.1 Orçamento e Finanças Públicas.
 - 15.2 Princípios.
 - 15.3 Tributos.
 - 15.4 Repartição das Receitas Tributárias.
 - 15.5 Tributos dos Municípios e receitas da repartição.
16. Ordem Econômica e Financeira.
 - 16.1 Princípios gerais.
 - 16.2 Regime de prestação dos serviços públicos.
 - 16.3 Exploração de atividade econômica.
 - 16.4 Estado como agente normativo e regulador.
 - 16.5 Planejamento.
 - 16.6 Política Urbana.



- 16.7 Plano Diretor.
17. Ordem Social.
 - 17.1 Fundamentos.
 - 17.2 Princípios.
 - 17.3 Seguridade Social - financiamento.
 - 17.4 Saúde. Municipalização da Saúde. Sistema Único de Saúde.
 - 17.5 Previdência Social - atendimento e prestação. Custeio e financiamento. Aposentadoria. Princípios.
 - 17.6 Assistência Social - princípios, objetivos, custeio.
 - 17.7 Educação - princípios.
 - 17.8 A colaboração entre União, Estados e Municípios.
 - 17.9 O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Recursos.
 - 17.10 Assistência aos Municípios.
 - 17.11 Atuação prioritária dos entes federados.
 - 17.12 Destinação dos recursos públicos às escolas.
 - 17.13 Cultura. Princípios. Formas de proteção ao patrimônio;
 - 17.14 Ciência e Tecnologia - princípios.
 - 17.15 Comunicação Social - princípios.
18. Meio-ambiente.
 - 18.1 Princípios.
 - 18.2 Meios de proteção ao meio-ambiente.
 - 18.3 Competência e deveres do Município.
19. Os Direitos e Garantias Fundamentais.
20. Disposições Constitucionais Gerais. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios constitucionais de Direito Administrativo.
 - 1.1 Princípio da legalidade.
 - 1.2 Princípio da impessoalidade.
 - 1.3 Princípio da publicidade.
 - 1.4 Princípio da moralidade.
 - 1.5 Princípio da eficiência.
 - 1.6 Princípio da segurança jurídica.
 - 1.7 Princípio da indisponibilidade do interesse público.
 - 1.8 Princípio da supremacia do interesse público.
 - 1.9 Princípio da razoabilidade.
 - 1.10 Princípio da finalidade.
 - 1.11 Princípio da presunção de veracidade ou de legitimidade.
 - 1.12 Princípio da motivação.
 - 1.13 Princípio da continuidade do serviço público.
2. Administração Pública.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Estrutura e organização.
 - 2.3 Fenômenos da desconcentração e da descentralização administrativa.
 - 2.4 Administração Pública Direta.
 - 2.5 Órgãos Públicos: conceito; Relação entre a vontade do órgão e do agente público; Classificação dos órgãos públicos.
 - 2.6 Administração Pública Indireta: Autarquias em regime comum e especial; Fundações públicas; Sociedades de economia mista; Empresas públicas.
 - 2.7 Entes em situação peculiar: Empresas controladas direta e indiretamente pelo Poder Público; Fundações privadas instituídas pelo Poder Público; Subsidiárias de sociedade de economia mista; Ordens e conselhos profissionais; Serviços sociais autônomos.
 - 2.8 Relação do poder público com o terceiro setor.
3. Ato administrativo.
 - 3.1 Conceito.
 - 3.2 Atributos: Presunção de veracidade ou legitimidade, Imperatividade e Auto-executoriedade.
 - 3.3 Elementos: Competência, Finalidade, Forma, Motivo e Objeto ou conteúdo.
 - 3.4 Motivação e mérito: Teoria dos motivos determinantes.



- 3.5 Classificação dos atos administrativos.
- 3.6 Perfeição, validade e eficácia.
- 3.7 Extinção dos atos administrativos: Revogação, Anulação e Cassação.
- 3.8 Convalidação dos atos administrativos.
- 3.9 Prescrição administrativa.
- 4. Controle da Administração Pública.
- 4.1 Controle administrativo: Controle hierárquico e finalístico; Meios de controle.
- 4.2 Controle legislativo: Meios.
- 4.3 Controle judicial: Espécies; Meios.
- 4.4 Transparência administrativa.
- 5. Poderes da Administração Pública.
- 5.1 Poder hierárquico.
- 5.2 Poder Disciplinar.
- 5.3 Poder Regulamentar.
- 5.4 Poder de Polícia: Conceito, fundamento, características e meios de atuação; Sentido amplo e restrito; Competência; Polícia administrativa e polícia judiciária; Atributos; Sanções.
- 6. Responsabilidade extracontratual do Estado.
- 6.1 Histórico no mundo e no Brasil.
- 6.2 Responsabilidade extracontratual por atos comissivos.
- 6.3 Responsabilidade extracontratual por atos omissivos.
- 6.4 Excludentes da Responsabilidade do Estado.
- 6.5 Reparação do dano.
- 6.6 Ação regressiva.
- 6.7 Responsabilidade do servidor causador do dano.
- 6.8 Responsabilidade por atos legislativos.
- 6.9 Responsabilidade por atos judiciais.
- 7. Agentes Públicos.
- 7.1 Conceito.
- 7.2 Classificação.
- 7.3 Espécies de regimes: Regime de Direito Público e Regime Contratual.
- 7.4 Acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas.
- 7.5 Associação sindical.
- 7.6 Direito de greve.
- 7.7 Retribuição pecuniária: remuneração e subsídio.
- 7.8 Acumulações de cargos, empregos e funções.
- 7.9 Estabilidade.
- 7.10 Disponibilidade.
- 7.11 Formas de provimento dos cargos públicos.
- 7.12 Formas de vacância dos cargos públicos.
- 7.13 Responsabilidade civil, administrativa e penal.
- 7.14 Penalidades.
- 7.15 Processo administrativo disciplinar.
- 7.16 Agentes públicos.
- 8. Serviço público.
- 8.1 Conceito.
- 8.2 Classificação.
- 8.3 Requisitos.
- 8.4 Concessão e permissão de serviço público (legislação federal e municipal).
- 9. Licitação e Contrato Administrativo (legislação federal e municipal).
- 10. Convênios e Consórcios Administrativos.
- 11. Processo Administrativo.
- 11.1 Lei Federal do Processo Administrativo (Lei 9784/99)
- 11.2 Lei Municipal do Processo Administrativo (Lei Complementar 790/16)
- 12. Bens públicos.
- 12.1 Conceito.
- 12.2 Classificação.
- 12.3 Características.
- 12.4 Afetação e desafetação.
- 12.5 Regime jurídico.



- 12.6 Bens das sociedades de economia mista e das empresas públicas.
- 12.7 Uso de bens públicos por particulares: autorização, permissão e concessão.
- 12.8 Aquisição de bens públicos.
- 12.9 Alienação de bens públicos.
- 12.10 Bens públicos em espécie: Terras devolutas; Ilhas; Águas públicas; Terrenos marginais ou reservados.
13. Restrições sobre a propriedade privada.
 - 13.1 Modalidades.
 - 13.2 Fundamento.
 - 13.3 Limitações administrativas.
 - 13.4 Ocupação temporária.
 - 13.5 Requisição Administrativa.
 - 13.6 Tombamento.
 - 13.7 Servidão administrativa.
 - 13.8 Desapropriação: Conceito; Requisitos constitucionais; Procedimento; Imissão provisória de posse; Consumação da desapropriação; Pagamento da indenização; Desistência da desapropriação; Retrocessão; Desapropriação para urbanização e reurbanização; Desapropriação indireta.

DIREITO MUNICIPAL

1. A posição constitucional do município brasileiro na Constituição de 1988.
2. As Leis Orgânicas Municipais.
 - 2.1 A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.
3. A Autonomia Municipal e as competências constitucionais do Município.
 - 3.1 Interesse local.
 - 3.2 Remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores municipais. O subsídio dos vereadores municipais.
4. Intervenção nos Municípios.
5. Estrutura política municipal.
 - 5.1 O poder executivo municipal.
 - 5.2 O poder legislativo municipal.
 - 5.3 Administração pública municipal.
6. Criação, desmembramento, anexação, incorporação e fusão de municípios.
7. A Fiscalização do Município.
 - 7.1 O Controle Interno.
 - 7.2 O Controle Externo - Competência dos Tribunais de Contas.
 - 7.3 O Controle Popular.
 - 7.4 Controle dos atos municipais pelos Tribunais - meios processuais cabíveis.
8. O Poder de Polícia Municipal.
9. Inconstitucionalidade de Lei Municipal
 - 9.1 A arguição direta de inconstitucionalidade.
 - 9.2 Incidentes de Inconstitucionalidade.
10. Processo de Municipalização das Políticas Públicas.
 - 10.1 Sistema de Mobilidade Urbana.
 - 10.2 Acessibilidade Universal.
 - 10.3 O Sistema Único de Saúde e as atribuições do Município. A Lei Orgânica da Saúde. O Código Municipal de Saúde.
 - 10.4 O Estatuto da Criança e do Adolescente e a municipalização do atendimento. O Conselho Tutelar. O Conselho Municipal de Direitos.
 - 10.5 O Código de Trânsito e a atribuição dos municípios no sistema nacional.
 - 10.6 A Lei Orgânica da Assistência Social e as atribuições do Município.
 - 10.7 A atribuição constitucional em matéria de educação. A lei de Diretrizes e Bases. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.
11. Participação Popular no Município.
 - 11.1 A participação popular como forma de exercício da cidadania.
 - 11.2 A democracia participativa.
 - 11.3 As formas de democracia participativa previstas na Lei Orgânica Municipal de Porto Alegre.
 - 11.4 Os Conselhos populares, os Conselhos Municipais, as audiências públicas.
 - 11.5 O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.



- 11.6 O Orçamento Participativo.
- 12. Responsabilidade de Prefeitos.
 - 12.1 Responsabilidade penal dos Prefeitos.
 - 12.2 Infrações político-administrativas dos Prefeitos.
 - 12.3 Organização judiciária do Estado do Rio Grande do Sul em matéria penal atinente a Prefeitos.
 - 12.4 Os atos de improbidade Administrativa previstos no Estatuto da Cidade.
- 13. Lei Municipal do Processo Administrativo (Lei Complementar 790/16).
- 14. Decisões do STF em matéria municipal com repercussão geral.
- 15. Advocacia Pública Municipal.
 - 15.1 Lei complementar municipal 701/12.
 - 15.2 Lei Municipal 11.979/15.

Porto Alegre, 10 de outubro de 2017.

EUNICE FERREIRA NEQUETE,
Procurador-Geral do Município.

JOSÉ ALFREDO PARODE,
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão.